

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## A decomposição de Moro



**Com aniquilação moral do ex-juiz e da Lava Jato, tem-se, como consequência, redenção moral de tantos quantos foram pilhados em falcattruas ao longo das investigações anticorrupção**

No inesquecível desabafo do presidente Lula da Silva em março do ano passado, ao comentar seus dias na prisão, havia um quê de maldição: “Só vai estar tudo bem quando eu f... esse Moro”. Ao que parece, não era apenas o petista que estava com essa obscena disposição de vingança contra Sérgio Moro. O hoje (ainda) senador da República, que foi ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, juiz da Lava Jato e, nessa condição, algoz de políticos e empresários de variados carizes, está em acelerado proces-

so de decomposição.

Em dezembro passado, segundo se soube há poucos dias, o ministro Dias Toffoli determinou a abertura de um inquérito no Supremo Tribunal Federal contra Moro e algumas das estrelas do time da Lava Jato, a pedido da Procuradoria-Geral da República, num caso de duas décadas atrás. Eles são acusados por um empresário e ex-deputado estadual paranaense de tê-lo obrigado a atuar como uma espécie de “agente infiltrado” para grampiar políticos e empresários. Como o inquérito corre sob sigilo, não há muitos detalhes, mas o que

veio a público é assustador – o suficiente para dizimar o pouco que ainda restava de credibilidade de Sérgio Moro e da quele time da Lava Jato.

A esta altura, pouco importa o desdobramento desse caso. Pode-se dizer que a eventual comprovação de inocência de Moro e dos demais suspeitos é irrelevante, pois o estrago para a reputação dos envolvidos já estará feito. Não serão poucos os que aqui verão uma espécie de justiça poética, uma vez que a Lava Jato, consciente e ativamente, usou o vazamento de pormenores picantes das investigações como uma espécie de antecipação do julgamento dos suspeitos, levando a opinião pública a relacioná-los implacavelmente à corrupção e a outros crimes diversos mesmo antes de qualquer comprovação, quase sempre com base apenas em delações e muitas vezes ao arpejo das garantias constitucionais.

Mas o infortúnio de Sérgio Moro e do time da Lava Jato não parece ser um fato isolado, e sim parte de uma espiral de desmoralização total da operação que messianicamente pretendia salvar o Brasil da corrupção. Desde o momento em que o Supremo decidiu, entre abril e junho de 2021, desqualificar Sérgio Moro para julgar Lula da Silva, deixando o petista livre para concorrer à Presidência, parece haver uma sistemática tentativa de tratar a Lava Jato como essencialmente maligna e de considerar que todos os acusados pela operação como pobres vítimas do lavajatismo.

Essa percepção foi reforçada pelo próprio ministro Toffoli quando, ao anular as provas de inaudita corrupção obtidas a partir da delação de executivos da

Odebrecht, qualificou a prisão de Lula como “um dos maiores erros judiciais da história do País”, fruto de uma “armadilha” da Lava Jato – cujos operadores, segundo Toffoli, tinham um “projeto de poder”, de “conquista do Estado”, chocando o “ovo da serpente dos ataques à democracia”. Ou seja: a Lava Jato resumia, em si mesma, tudo o que de pior havia no País.

A julgar pelo andar da carruagem, descobriremos em breve que nunca houve corrupção na Petrobras, que todas as provas e confissões foram inventadas e que tudo não passou de um plano doentio para destruir reputações e para arruinar o Brasil – como, aliás, voltou a afirmar o presidente Lula da Silva na quinta-feira passada, quando declarou que a Petrobras foi vítima de “mancomunação” entre a turma da Lava Jato e o governo americano. Como escreveu a colunista Elena Landau neste jornal, “mais um pouco, vamos ter de pagar indenização para corruptos confessos”.

Com a aniquilação moral de Sérgio Moro e da Lava Jato, tem-se, como consequência natural, a redenção moral de tantos quantos foram pilhados em falcattruas diversas ao longo das trepidantes investigações anticorrupção na história recente. Ressalve-se que obviamente não se trata de ver aí uma ação concertada entre os diversos interessados, ainda que seja tentador ligar os pontos, mas é inevitável constatar que há poucos insatisfeitos com o destino de Sérgio Moro – desmoralizado por Bolsonaro, desqualificado pelo Supremo e possivelmente despejado do Congresso. Que fim melancólico para aquele que se dispôs a ser a palmatória do mundo. ●

## Avança no País o uso de câmeras corporais

**Questionadas por quem despreza os direitos dos cidadãos, as câmeras nos uniformes policiais são adotadas em 11 Estados, enquanto 4 já estão adquirindo e outros 9 estudam fazê-lo**

O total de câmeras corporais em uso contínuo pelas Polícias Militares (PMs) quadruplicou nos últimos dois anos, informou reportagem do Estadão. Um avanço tanto em número de câmeras em operação (quase 28 mil, contra cerca de 6 mil há dois anos) quanto na quantidade de Secretarias Estaduais de Segurança Pública que as adotam – hoje são 11 Estados usando as chamadas *bodycams* nos uniformes de policiais, dos quais 8 com uso permanente e 3 em fase de testes. A estes se somam 4 Estados em fase de aquisição, enquanto outros 9 estudam adotar a tecnologia. São números auspiciosos sobre a implementação de um programa que tem resultados positivos a apresentar, é ancorado nas melhores evidências nacionais e internacionais e

abre um novo horizonte sobre a atividade policial e a ação das forças de segurança – mas, apesar de tudo isso, enfrenta ataques severos por parte de autoridades e corporações.

Digam o que disserem seus detratores, essa inovação veio para ficar como valioso instrumento para a segurança pública e a garantia dos direitos dos cidadãos. Mais do que uma tecnologia, é uma política pública utilizada em diversos países – Estados Unidos, Reino Unido e Canadá entre eles – para reduzir o uso indevido da força, melhorar a produtividade, criar mecanismos de gestão, formação e controle da atividade policial e assegurar meios de transparência da ação estatal nessa área. A câmera tende a reduzir a truculência durante as abordagens policiais, contribui para a produção de provas judiciais e para a for-

mação dos agentes públicos e freia a impunidade dos maus policiais, antes protegidos pela ausência de informação detalhada de suas ações.

Os melhores resultados estão na redução da letalidade policial. Em São Paulo, por exemplo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Unicef, houve queda de 62,7% nos óbitos decorrentes de intervenções policiais entre 2019 e 2022. A adoção das câmeras nos uniformes não foi o único fator, mas certamente contribuiu para reduzir as ocorrências. A pedido do comando da PM paulista, a Fundação Getúlio Vargas produziu outro estudo apontando seu efeito direto e chegou a um número eloquente: as câmeras evitaram 104 mortes na região metropolitana em 14 meses analisados. Também reduziram em 57% o número de mortes decorrentes de ações policiais em relação a unidades policiais onde, até aquele momento, não havia a implantação da tecnologia. Essa mesma tendência foi constatada em Santa Catarina.

São evidências nada triviais, mas ao que parece ainda insuficientes para convencer tanto o governador Tarcísio de Freitas quanto o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, que volta e meia ou minimizam um programa bem-sucedido ou sugerem mudanças para desidratá-lo. O governador chegou a questioná-lo com todas as letras. Os números mencionados acima infor-

mam o contrário. E episódios ruidosos como a Operação Escudo, realizada no ano passado, também desabonam o injustificado ceticismo do governador. Com quase 30 mortes em 40 dias, foi a operação policial mais letal do Estado desde o massacre do Carandiru, em 1992, com suspeitas de abuso e de execução sumária por parte da polícia. E ninguém sabe ao certo o que ocorreu porque os policiais não estavam usando as câmeras corporais ou mantinham seus equipamentos desligados.

Ou seja, seu uso é também uma forma de proteger policiais contra falsas acusações. Também assegura a possibilidade de reconhecer boas práticas e reduzir a violência sofrida pelos próprios policiais, além de fortalecer a prova produzida por eles. Eis aí um ponto fundamental: com câmeras em uniformes, população e policiais são beneficiados e protegidos. Diferentemente do que pensam alguns, a medida vai muito além de comprar câmeras e acoplá-las aos uniformes. Há um longo trabalho em infraestrutura, treinamento, convencimento interno das corporações, compartilhamento seguro de evidências e alteração dos currículos na formação policial.

No limite, todos ganham. Ou quase todos. Perde quem acredita em operações espetaculosas, em baixa necessidade de inteligência e investigação e nas ilusões armadas como o caminho mais adequado para enfrentar a violência. ●